

Universidade Federal de Juiz de Fora

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

LUAN PEDRETTI DE CASTRO FERREIRA

**REVISANDO BIBLIOGRAFIAS SOBRE MEMÓRIA E ESCRAVIDÃO EM JUIZ DE
FORA: reflexões quanto a passados-presentes**

Juiz de Fora – Minas Gerais

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Luan Pedretti de Castro Ferreira

**REVISANDO BIBLIOGRAFIAS SOBRE MEMÓRIA E ESCRAVIDÃO EM JUIZ DE
FORA: reflexões quanto a passados-presentes**

Monografia apresentada ao Departamento de História como requisito para adquirir o título de Bacharel em História com ênfase em Patrimônio Histórico.

Orientador: Julvan Moreira de Oliveira

Leitora Crítica: Estela Maria Gonçalves de Souza

JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luan Pedretti de Castro Ferreira

**REVISANDO BIBLIOGRAFIAS SOBRE MEMÓRIA E ESCRAVIDÃO EM JUIZ DE
FORA: reflexões quanto a passados-presentes**

Monografia apresentada ao Departamento de
História como requisito para adquirir o título de
Bacharel em História com ênfase em Patrimônio
Histórico.

Juiz de Fora, ____ de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Julvan Moreira de Oliveira

Prof. Estela Maria Gonçalves de Souza

AGRADECIMENTOS

Diversas foram as pessoas que me ajudaram a traçar este caminho desde a graduação até o presente momento. Espero de alguma forma, que a minha gratidão chegue a todos e todas, ainda que não sejam citados nominalmente.

Os primeiros a receberem estes agradecimentos, sem dúvidas, devem ser meus pais e minhas irmãs, Luiz, Adriana, Andressa e Vitória. Estes me deram todo o apoio e suporte material para me deslocar desde a minha casa até a universidade por mais de 6 anos, em que estive matriculado enquanto aluno da graduação em História. Além deste suporte material, o apoio moral, psicológico, dicas, sugestões, compartilhamento de ideias e planejamento de futuro. Foram essenciais para que eu chegasse aonde cheguei, e por isso não posso considerar ter me tornado Licenciado e Bacharel como uma conquista somente minha. Foi uma conquista de nós cinco.

Agradeço aos meus amigos do Coletivo Negro Resistência Viva e do Squad Black por todas as trocas de conhecimento, dicas de leitura, debates, viagens e momentos de desconstrução que pude viver junto a vocês neste período que passamos juntos até agora. Em especial, gostaria de agradecer à Estela e Vanessa por todos os apontamentos, discussões e leituras críticas feitas ao trabalho, ainda quando este era apenas uma ideia. Agradeço também a todos os amigos e amigas que fiz durante este percurso na graduação em História, Driely, Bianca, ao grupo Távola. Por fim, agradeço aos amigos e às amigas que estão me acompanhando neste do Mestrado em Educação.

Agradeço a todos os projetos e todos os orientadores e orientadoras que estiveram comigo durante este percurso. Ao Cecom, ao LAPA, ao Memorial da República Presidente Itamar Franco, ao Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, ao Curso Preparatório para Concursos /PJF, assim como a todos os funcionários com quem me relacionei durante o tempo que estive trabalhando e desenvolvendo projeto em cada um destes espaços. Foram essenciais para que eu pudesse me desenvolver enquanto profissional, pesquisador e professor.

Por fim, agradeço ao departamento de História, à Faculdade de Educação, ao Programa de pós-graduação em Educação e à Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUMÁRIO:

RESUMO.....	06
ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO	09
ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL	13
MEMÓRIA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

RESUMO

Apoiado principalmente nos conceitos de escravidão, memória e memória da escravidão, esta monografia tem por objetivo fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a temática da escravidão na cidade de Juiz de Fora. A proposta consiste em dialogar principalmente com as pesquisas de Caio Batista (2015) e Rita Batista (2006) que se aprofundaram em destrinchar a estruturação deste sistema na região do município de Juiz de Fora, no período pré-abolição e pós-abolição. A pretensão seria correlacionar as produções bibliográficas que debatem o sistema de escravidão na região de Juiz de Fora, com outras produções mais abrangentes, que abordam o sistema no Brasil em sua amplitude. Apoiado na ideia de passados-presentes (MATTOS; ABREU; GURAN; 2014, p. 259), também se propõe a realizar uma breve reflexão sobre a temática da memória da escravidão, entendendo este sistema enquanto um passado-presente na sociedade brasileira, de abordagem sensível para os diversos sujeitos nos dias atuais. Portanto, este trabalho irá se apoiar na estruturação do sistema de escravização ocorrida na cidade de Juiz de Fora durante o século XIX, para debater sobre os resquícios que este passado deixou para o presente na cidade. Sendo um movimento inicial para a escrita de uma dissertação de mestrado a ser apresentada futuramente, esta monografia pode ser entendida como uma oportunidade de revisitar algumas pesquisas e alguns debates já realizados com relação ao sistema de escravidão e a população negra da cidade de Juiz de Fora.

PALAVRAS-CHAVE: Juiz de Fora; Escravidão; Memória, revisão bibliográfica, passados-presentes.

ABSTRACT

Mainly supported by the concepts of slavery, memory and memory of slavery, this monograph aims to make a brief bibliographic review on the theme of slavery in the city of Juiz de Fora. The proposal consists of dialoguing mainly with the research by Caio Batista (2015) and Rita Batista (2006) who went deeper in unraveling the structuring of this system in the region of the municipality of Juiz de Fora, in the pre-abolition and post-abolition period. The intention would be to correlate the biographical productions that debate the system of slavery in the region of Juiz de Fora, with other more comprehensive productions, which approach the system in Brazil in its breadth. Supported by the idea of past-present (MATTOS; ABREU; GURAN; 2014, p. 259), it also proposes to carry out a brief reflection on the theme of the memory of slavery, understanding this system as a past-present in Brazilian society, sensitive approach for the diverse subjects nowadays. Therefore, this work will be based on the structuring of the enslavement system that took place in the city of Juiz de Fora during the 19th century, to discuss the remains that this past left for the present in the city. Being an initial movement for the writing of a master's thesis to be presented in the future, this monograph can be understood as an opportunity to revisit some research and some debates already carried out in relation to the slavery system and the black population of the city of Juiz de Fora.

KEYWORDS: Juiz de Fora, Slavery, Memory, Bibliographic Review, Past-Present.

A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu
Quem garante que Palmares se entregou?
Quem garante que Zumbi você matou?

Perseguidos sem direitos nem escolas
Como podiam registrar as suas glórias?
Nossa memória foi contada por você
E é julgada verdadeira como a própria lei¹

¹ Trecho da música “Palmares 1999”, da banda Natiruts. Composição: Alexandre Carlo Cruz Pereira

INTRODUÇÃO

Como a cidade de Juiz de Fora tem trabalhado a memória da escravidão ocorrida na sua região? Como se apresentam os resquícios desse passado nos dias atuais? Essas duas questões têm me inquietado e norteado os meus estudos pelo menos desde o ano de 2018. Durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido para obter o título de Licenciado em História², me propus refletir sobre patrimônios, logradouros e manifestações públicas que envolviam representações de pessoas escravizadas ou de pessoas negras. Confrontando as narrativas que estes elementos evocavam, meu questionamento caminhava no sentido de compreender como se levantavam discursos sobre pessoas negras na cidade de Juiz de Fora.

A elaboração de questionamentos com relação a esta temática continuou se desenvolvendo, me levando à construção de um projeto de pesquisa para a disputa no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Educação no final do ano de 2019, com o ingresso para o ano de 2020. Entre a aprovação no processo seletivo e o ingresso na pós-graduação, ocorreu a pandemia da Covid-19, atrasando todos os planejamentos e me forçando a pensar em outras possibilidades diante do contexto em que estávamos - estamos - vivendo. Por efeito do Ensino Remoto e do distanciamento social, vi a oportunidade de entregar uma monografia que poderia me ser útil futuramente na escrita da dissertação de mestrado. Dessa forma, o planejamento de entrega e conclusão do curso de Bacharelado em História se encurtou.

Para a pesquisa do mestrado, desenvolvendo a partir da metodologia de pesquisa em Educação, me proponho a pensar as relações entre processos educativos formais, currículo, a formação e construção das identidades dos sujeitos negros dentro das escolas com relação ao passado-presente escravista da região da cidade de Juiz de Fora. Desta forma, esta monografia se apresenta como passo inicial tentando explorar um pouco mais a relação da cidade de Juiz de Fora com o seu passado escravista - que ainda se apresenta muito presente, como veremos -, agora incluindo os questionamentos no que tange à educação e à formação de sujeitos.

² Disponível em:

<https://www.ufjf.br/historia/files/2020/04/Luan-Pedretti-de-Castro-Ferreira-Mem%c3%b3rias-da-escravid%c3%a3o-em-Juiz-de-Fora.pdf> Acesso em: 11/02/2021 às 16h23

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata mineira, tem estreita relação com o período imperial brasileiro e conseqüentemente com o escravismo ocorrido durante este período. Atualmente, o município é considerado de porte médio para grande, comportando cerca de 600 mil habitantes. Percebe-se ao andar pelas ruas centrais, um dos pontos de maior concentração e circulação de pessoas, a diversidade da composição étnica dessa população que ali reside.

Os questionamentos no que tange à memória da vigência da instituição da escravidão na região de Juiz de Fora se deram em primeiro momento a partir da vivência pessoal pela cidade. Aconteceram através de um exercício de educação do olhar, andando pelas ruas deste município e percebendo o alto contingente de pessoas não-brancas que vivem nesta localidade. Após esta observação inicial, iniciei um movimento de busca de dados oficiais de institutos de pesquisas sobre a composição populacional desta região.

De acordo com os dados do último censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, a soma entre pretos e pardos resultava na autodeclaração de aproximadamente 43% da população total de Juiz de Fora, incluindo os três distritos anexos ao município – Sarandira, Rosário de Minas e Torreões. Este foi um dado importante para que as inquietações dessem prosseguimento e resultassem em um projeto de pesquisa que envolve passado e presente.

Outro dado que foi originado de pesquisas e foi determinante para os levantamentos dos questionamentos aqui apresentados parte da pesquisa da ONU com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) das cidades brasileiras. Esta pesquisa, cujos resultados foram publicados no ano de 2017, demonstrou algumas diferenças significativas com relação às características dos grupos que compõem a sociedade brasileira. De acordo com o site *O Globo*⁴, que divulgou os resultados em uma reportagem, levando em consideração a população negra em comparação com a população branca brasileira, a expectativa de vida do primeiro grupo é de cerca de 10 anos a menos do que a do segundo grupo. A presença de desigualdades entre pessoas negras com relação ao grupo das pessoas não-negras na sociedade brasileira é amplamente discutida pela bibliografia que embasa este trabalho e futuramente será debatida.

³ Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nivel-da-qualidade-de-vida-dos-negros-tem-uma-decada-de-atraso-em-relacao-ao-dos-brancos-21308804>. Último acesso em 09/02/2021 às 18h34

Além do dado acima apresentado, uma outra informação se apresentou como um “dedo na ferida” para a sociedade juizforana. Dentre a classificação das cidades mais desiguais com relação ao grupo dos que se autodeclararam negros e dos que se autodeclararam brancos, a cidade de Juiz de Fora apareceu como a terceira mais desigual do país inteiro. Estando atrás apenas de Porto Alegre e Niterói, e sendo a cidade mais desigual do estado de Minas Gerais.

Ao unir a percepção de Juiz de Fora enquanto uma cidade composta em grande parte por pessoas negras, com o dado dessa cidade ser a terceira mais desigual do país entre pessoas negras e brancas, alguns questionamentos com relação à chegada e presença desta população à localidade se levantaram. A partir desta pesquisa apresentada pela ONU, ficou constatado processos de desigualdade social e racial no tempo presente. Dessa forma, comecei a me questionar sobre os sujeitos negros que vivem dentro dos limites do município de Juiz de Fora. Me questionei sobre possíveis relações do passado escravista ocorrido naquela região com o tempo presente. O reconhecimento e políticas de reparação para populações que são descendentes dos sujeitos que foram escravizados. Me questionei sobre a presença dos descendentes dos escravizados, e outros sujeitos negros que migraram para viver na cidade de Juiz de Fora durante o século XX, o período considerado como pós-abolição. E mais recentemente, venho me questionando sobre a presença destes elementos dentro das instituições formais de ensino da região. Muitos questionamentos, capazes de evocar diversos caminhos para diversas pesquisas.

A partir dessas informações, e associando ao meu interesse em pesquisas com o tempo presente e espaços de educação, se constituiu em mim uma inquietação que norteará as minhas pesquisas. Para este momento, determinei que um ponto de partida interessante talvez seja questionar os professores de História a presença da escravização ocorrida na região de Juiz de Fora dentro das suas aulas: Qual é a narrativa sobre escravização presente nas salas de aula? Essa narrativa se aproxima dos processos que ocorreram na cidade de Juiz de Fora ou se distancia ao abordar as ideias de “região açucareira” e a “região mineradora”? A lei 10.639/03 alterou a forma de abordagem da temática da escravização? E os alunos negros, como eles reagem ao se depararem com estes temas?

Para a presente monografia, proponho trabalhar a relação de três elementos que me serão caros na análise da pesquisa de mestrado acima descrita: parte dos debates

historiográficos acerca do conceito de memória, do conceito de escravização/escravidão e por fim a relação dos dois, que geralmente é expressa através da ideia de memória da escravidão.

Dessa forma, para esta monografia, proponho uma revisão bibliográfica de algumas obras que circulam as três ideias acima apresentadas com alguns objetivos: iniciar o contato com os debates teóricos dos diversos campos das ciências humanas, que trabalham com estes conceitos a partir de suas áreas específicas de conhecimento (por exemplo, historiadores, antropólogos, sociólogos, filósofos, entre outros); buscar bibliografias para além das tradicionais que geralmente se concentram na Europa - dessa forma a busca de autores pertencentes ao continente africano e ao próprio Brasil se apresenta como decisão política de reconhecimento de diversas outras possibilidades de interpretação e localidades de produções legítimas de conhecimento -; e iniciar o exercício de escrita do relatório de pesquisa que virá a ser apresentado na forma de uma dissertação.

A primeira parte se propõe debater o sistema de escravidão no Brasil e em Juiz de Fora no século XIX. Apesar de serem da mesma localidade, existem características que aproximam e distanciam o sistema ocorrido na região da cidade, de outras regiões no país. Assim é importante correlacionar o sistema nacional com o recorte geográfico aqui estabelecido. Procuo entender, a partir da bibliografia, como o sistema funcionava em seu cotidiano. Para isso, proponho um diálogo com as produções bibliográficas de Caio Batista (2015), Rita Batista (2006), Hebe Mattos (2001), Silvio Almeida (2019), Abdias do Nascimento (2016), Clóvis Moura (2019) e Ynaê Lopes (2020).

A segunda parte discutirá principalmente sobre memória da escravidão. Parte da necessidade de discussão sobre a ideia de Memória e História, para entender as ideias desenvolvidas até então com relação à memória da escravidão como defesa da promoção de políticas de reparação nos dias atuais para os descendentes daqueles que foram escravizados pela instituição. Baseia-se principalmente em dois trabalhos: “O pós-abolição como problema histórico” (2004) de Hebe Mattos e Ana Maria Rios e “Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil” (2014) de Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran. Dialoga também com Michael Pollak (1992) e Wanderson Flor do Nascimento (2020).

ESCRavidÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

Como primeiro movimento de reflexão, proponho a discussão do sistema de escravidão ocorrida no Brasil e em Juiz de Fora, a partir de suas características, seus impactos econômicos e principalmente seus impactos sociais e culturais. Além disso, se faz importante pensar sobre o período do pós-abolição, e as relações sociais estabelecidas pelos sujeitos que então se apresentavam como livres, bem como os descendentes destes sujeitos que já nasceram em liberdade.

Uma das pesquisadoras que propõe debater o sistema de escravização no Brasil, as memórias e resquícios desse passado é Hebe Mattos. Em seu texto “A escravidão moderna nos quadros do império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” (2001) a historiadora elenca algumas possibilidades para o surgimento deste sistema de exploração.

O primeiro destes elementos, de acordo com Mattos, se vincula ao surgimento dos Estados modernos europeus. Após a emergência dessas novas formas de organização da sociedade, a servidão por dívida desaparece ou perde força, sobretudo aquelas que eram vinculadas ao sistema feudal. De acordo com a autora, um segundo elemento estaria associado ao pensamento religioso católico, pois era preciso que o sistema que surgia tivesse algum tipo de legitimação, que apenas uma instituição do porte da Igreja Católica poderia conferir. Dessa forma, a autora entende que este sistema já existia, com outras características e configurações, em outros territórios colonizados pelo Império Português e por outros impérios, antes mesmo de ser implantado no que viria a se chamar Brasil. Não obstante, formou-se por aqui uma sociedade basicamente católica e escravista, e podemos perceber a persistência destas características enquanto oficiais até a proclamação da República, em 1889 (MATTOS, 2001).

Na produção historiográfica existe um amplo debate sobre o impacto do sistema de escravização no Brasil. Diversos teóricos, desde o final do século XIX produzem suas perspectivas sobre o sistema; perspectivas estas que foram questionadas em momentos futuros, como aponta Clóvis Moura ao abordar os diversos apontamentos destes primeiros sociólogos e pesquisadores do passado que fundaram a produção sobre a história do Brasil como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, entre outros (MOURA, 2019, pp. 53-58). Sobre Gilberto Freyre e a ideologia que criou-se a partir de seus escritos, ou seja a ideia de “democracia racial”, Abdias do Nascimento⁵ escreve:

⁵ Ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista.

A teoria *lusotropicalista* de Freyre partindo da suposição de que a história registrava uma definitiva incapacidade dos seres humanos em erigir civilizações importantes nos trópicos (os “selvagens” da África, os índios do Brasil seriam documentos vivos deste fato), afirma que os portugueses obtiveram êxito em criar, não só uma altamente avançada civilização, mas de fato um paraíso racial nas terras por eles colonizadas, tanto na África quanto nas Américas. [...] Sua entusiástica glorificação da civilização tropical portuguesa depende em grande parte da teoria da miscigenação, cultural e física, entre negros, índios e brancos, cuja prática revelaria uma sabedoria única, espécie de vocação específica do português (NASCIMENTO, 2016, p. 49).

Ou seja, podemos inferir da interpretação de Nascimento, que Freyre acreditava que havia uma democracia racial criada principalmente pela ação do colonizador no território da América, pertencente à Coroa portuguesa. Essa integração permitiria que esta sociedade fosse entendida a partir da cordialidade entre aqueles que aqui viviam e eram comandados pelas mãos do europeu. Abdias do Nascimento continua sua explicação acerca da produção de Freyre em outro trecho, no qual destaca:

Devo observar de saída que este assunto de “democracia racial” está dotado, para o oficialismo brasileiro, das características intocáveis de verdadeiro tabu. Estamos tratando com uma questão fechada, terreno proibido, sumamente perigoso. Ai daqueles que desfaziam as leis deste segredo! [...] Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta (NASCIMENTO, 2016, p. 52-53).

A partir deste trecho, é possível perceber como o Estado brasileiro se apropriou da ideia de “democracia racial” como interpretação oficial sobre a realidade de si, e perseguiu a todos aqueles que se opunham à tal ideologia. O próprio Abdias do Nascimento, que durante a ditadura militar - que vigorou entre 1964 e 1985 -, teve de se refugiar devido à sua atuação de denúncia da realidade social a que viviam e vivem as pessoas negras no Brasil.

Algumas interpretações sobre a escravização se baseavam nas metodologias do materialismo histórico e dialético, entendendo o sistema como uma estrutura da sociedade, sendo portanto, analisado a partir de seus impactos políticos e sobretudo econômicos. Estas interpretações pouco abordam quesitos raciais imbuídos no sistema, e analisavam a sociedade escravista a partir das relações econômicas exclusivamente. Uma das mais características

obras a se ressaltar é a de Caio Prado Júnior⁶. Na leitura das produções deste autor, percebe-se a posição de passividade do sujeito escravizado com relação ao sistema que estava inserido. É preciso considerar todo o pioneirismo deste e de outros autores que se propõem a iniciar o debate sobre a escravidão no Brasil, mas é preciso também considerar outras posições dos sujeitos escravizados, dentro do sistema de escravização, que ressaltam, por exemplo, ações de resistência dentro daquela sociedade.

O sistema de escravidão vigorou por quase 400 anos como uma instituição legal, oficial, uma opção feita pelo Estado brasileiro daquela época; como aponta a historiadora Ynaê Lopes (2020). No trabalho “Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815”, Lopes aponta que:

A permanência da escravidão urbana no Rio de Janeiro em meio às mudanças que a cidade sofreu entre os anos de 1791 e 1815 demonstra o papel estruturante que o escravismo continuou tendo no Império português, um legado que atravessou o tempo e que foi redimensionado pelo Império do Brasil, a ponto do Rio de Janeiro – como sede da nação que representava – ter se tornando a maior cidade escravista das Américas em meados do século XIX (LOPES, 2020. p. 28).

Sobre características do sistema de escravidão, novamente aqui serão importantes os apontamentos de Abdias do Nascimento. Para o autor:

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. [...] Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, 2016, p. 59).

Podemos perceber a partir do trecho, que a utilização do sujeito negro escravizado se constituía enquanto a estrutura da economia da colônia e do império. Até por isso demorou para que se concretizasse a abolição do sistema que já vinha sendo levantado por diversos movimentos sociais, e discutida pelo menos desde a promulgação da lei de 1831, que proibia o Tráfico de pessoas. Assim, entendemos que sem a exploração do sujeito escravizado, de acordo com a interpretação de Abdias do Nascimento, seria impossível que a região tivesse sobrevivido autônoma da sua antiga metrópole e fundado um país, o Brasil.

⁶ Ver: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo, 2000, Brasiliense.

A cidade de Juiz de Fora teve intensa relação com o sistema de escravidão. A organização deste sistema e as características principais foram debatidas por pesquisadores como Elione Guimarães (2006), Caio Batista (2015), Monica Oliveira (2000). Assim, contextualizar a cidade de Juiz de Fora frente ao sistema de escravização, que aqui vem sendo debatido, se faz necessário para que haja o recorte dos objetivos da pesquisa.

A região foi elevada à categoria de município no ano de 1850, mesmo ano em que a lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico internacional de pessoas para o sistema de escravidão foi promulgada. Entretanto, isso não significou que Juiz de Fora não tenha tido uma participação importante no sistema.

A narrativa oficial de construção da cidade de Juiz de Fora se inicia em torno da construção do Caminho Novo e da formação de pequenos arraiais ao seu redor. No site da prefeitura de Juiz de Fora, a primeira data destacada na sessão sobre a história da cidade é a de 1703, como primeira data importante para se pensar no início da formação da cidade. A segunda data apresentada é a de 1850, quando a região se desmembrou da cidade de Barbacena e foi elevada à categoria de vila e por fim cidade em 1865.

A cidade de Juiz de Fora era uma importante localidade de ligação entre a capital da província de Minas Gerais - na época a cidade de Ouro Preto - e o Rio de Janeiro. O autor Caio Batista entende que a formação da cidade não se deu no século XIX, com a produção cafeeira (BATISTA, 2015, p. 35). Esta região iniciou a se desenvolver ainda na época da mineração, sendo o Caminho Novo o principal meio de comunicação e desenvolvimento da região. Esta estrada ligava a região produtora aos portos de exportação para o escoamento dos produtos, principalmente os que estavam localizados no Rio de Janeiro. As margens desses caminhos surgiram diversos povoados, dentre eles o de Santo Antônio do Parahybuna, futuramente chamada de Juiz de Fora (BATISTA, 2015, p. 47).

É importante se atentar ao fato de que, como destaca Caio Batista, antes de se elevar à categoria de vila, a região do Santo Antonio do Parahybuna tinha uma grande concentração de pessoas em sistema de escravidão. O autor afirma que “o pequeno povoado de Santo Antonio do Parahybuna durante o século XVIII estava inserido em uma Comarca, que apresentava alto índice de escravos” (BATISTA, 2015, p. 44).

Anderson Pires (1997) destaca a importância da produção de café para a Zona da Mata mineira no final do século XIX, próximos da abolição da escravidão. O autor aponta que a produção de café na região sofreu um crescimento entre os anos de 1886 e 1920, apresentando

características diferenciadas ao que acontecia em terras fluminenses, que naquele momento estava com a sua produção em queda, e a produção paulista que ainda não havia atingido o seu auge de produção. Pires (2006) aponta a inserção da economia cafeeira de Minas Gerais no comércio internacional com base na produção de commodity, permitindo que principalmente a região da Zona da Mata produzisse uma economia voltada para a exportação de café, e se tornando o estado mais rico do final do século XIX. Assim, percebemos a importância da produção de café para a região que permitiu que esta se inserisse, inclusive, no mercado de exportação do produto. A partir destes apontamentos, nos questionamos sobre a participação do sistema de escravização no desenvolvimento econômico desta região.

A historiadora Rita Batista aponta que a região da Zona da Mata Mineira, em determinado tempo do final do século XIX concentrou cerca de 20.000 pessoas em situação de escravização, em uma mesma lavoura de café. Ela reforça que a mão de obra que desenvolveu a região era obviamente escravizada. (BATISTA, 2006, p 43). Assim, a formação de Juiz de Fora se deu pelo trabalho escravizado, desde antes da sua elevação à categoria de cidade até depois, quando se iniciou o seu movimento de industrialização. Sobre o grupo político que comandava a região, Rita Batista afirma que este tinha por característica a opulência, ostentando títulos, brasões e sendo comandantes relevantes da política imperial local (BATISTA, 2006, p. 43). Caio Batista afirma que este grupo político era ferrenhamente defensor da utilização de mão de obra escravizada, estando o sistema de escravização arraigado na sociedade juizforana até os seus momentos finais (BATISTA, 2015, p.82).

Algumas considerações são possíveis de serem feitas a partir deste ponto. Entendemos que os escravizados foram sujeitos ativos e presentes no cotidiano da sociedade juizforana. Se relacionaram, promoveram confusões, fugas, batuques, festas, reuniões em diversos pontos da cidade (BATISTA, 2015, p. 159). Essa presença negra, criava uma ideia de “cidade negra” apontada por Caio Batista que preocupava as autoridades locais e causava insegurança na população livre (2015, p. 160). É perceptível a relação dos sujeitos negros escravizados na região de Juiz de Fora a atuação destes enquanto sujeitos históricos naquele tempo e naquela localidade. Entretanto, ainda se faz necessário o confronto da narrativa oficial construída pela elite historicamente dominante na região. É preciso ressaltar a presença, importância e participação do negro em todo o desenrolar da história da cidade de Juiz de Fora (BATISTA, 2006. p. 25).

Para que o sistema tivesse fim, houve a participação e atuação de diversos sujeitos em posições sociais múltiplas como: intelectuais, os próprios sujeitos escravizados resistindo ao sistema, políticos e até mesmo a formação de um movimento social - O movimento abolicionista, como descreve a historiadora Angela Alonso⁷. Porém, a construção de uma imagem pública associada à abolição da escravidão aconteceu de modo a promover a Princesa Isabel como a grande benfeitora, simplesmente por ter assinado a lei Áurea. Existem discussões de como as produções artísticas do pós-abolição, por exemplo, têm representado a figura de Isabel como a redentora, tal como os trabalhos de Robert Daibert Jr.⁸ sobre peças que compõem o acervo do Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora.

O fim do sistema legal e institucional não necessariamente significa que suas práticas tenham se encerrado ao mesmo tempo. Como indica a historiadora Rita Batista (2006), muitos dos sujeitos que antes estavam submetidos ao sistema de escravidão, ainda continuaram dependentes de seus senhores, pelo fato de não haver nenhuma política de inclusão destes e de seus descendentes na sociedade capitalista e industrializada que se montava naquele momento de final do século XIX e início do século XX. Em um dos depoimentos que Batista coletou para a sua pesquisa sobre o pós-abolição, um dos entrevistados, o senhor Cornélio Barbosa, ressalta em seu entendimento que o fim oficial do sistema de escravidão, se deu com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a promulgação das leis trabalhistas que delimitavam direitos para a população (BATISTA, 2006, p. 104). Hebe Mattos e Ana Maria Rios apontam que:

Escravidão e liberdade aparecem com diferentes significados nestes depoimentos. Significados que por vezes estavam referidos à abordagem do entrevistador, à história de vida do entrevistado ou ao contexto específico de cada entrevista (MATTOS; RIOS, 2004, p. 177).

Em Juiz de Fora, diversos relatos de que no período do pós-abolição, na fase de industrialização da cidade, as fábricas não contratavam pessoas negras para trabalhar em suas linhas de produção são encontradas, como podemos ver na pesquisa de Rita Batista (2006, pp.

⁷ Ver : ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

⁸ Ver: DAIBERT JUNIOR, Robert. **Santa Isabel e o escravo devoto: a princesa redentora por olhares negros e brancos**. Anais do Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, v.1, no1, 2014. DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a "Redentora" dos Escravos. Uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004, 286 p.

45-46). Relatos de segregação geoespacial também são recorrentes na localidade. A situação mais ilustrativa dessa segregação são as denominações de “parte baixa” e “parte alta” das ruas centrais, em que pela parte alta só poderia circular as classes altas da cidade ou seus familiares próximos, de forma que a parte baixa era reservada para as classes baixas, compostas majoritariamente por pessoas negras. Essa nomeação permanece até os dias de hoje. O sistema acabou, mas os estigmas e os imaginários que foram construídos por ele se perpetuaram e ainda se perpetuam.

O jurista Silvio Almeida, ao tratar sobre o conceito de Racismo Estrutural para a coleção *Feminismos Plurais* (2019), traz algumas reflexões importantes, alinhadas ao campo da Teoria Social, sobre relações raciais na sociedade. Em determinado momento, o autor apresenta que:

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que, embora não se articulem com as relações de classe, não se originam delas e tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem retomar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual (ALMEIDA, 2019, p. 97).

Essa citação nos leva a refletir sobre a necessidade de continuidade de reflexão sobre estruturas que ainda permeiam a sociedade. Incentiva a trabalhar a memória pública, a fim de entender quais estruturas são essas e como elas constituem as relações raciais e sociais no Brasil. Trazendo o debate da escravidão ocorrida no Brasil para a sociedade do tempo presente, me amparo no reconhecimento por parte da UNESCO⁹ deste sistema enquanto um Crime contra a Humanidade, pelas diversas formas de desumanização dos grupos que foram explorados. Ainda depois da abolição da escravidão, esta população que há séculos vinha sendo explorada, foi liberta sem políticas de reparação ou inserção na sociedade que agora

⁹ Ver: **Mensagem para o Dia Internacional da Lembrança do Tráfico de Escravos e de sua Abolição**. UNESCO. Acesso em <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-view/news/message_for_the_international_day_for_the_rembra_nce_of_the-2/> 09/02/2021 às 19h29

estavam inseridas, sendo obrigadas a sobreviverem a partir da periferia geográfica e social da sociedade brasileira. Dessa forma, a reivindicação por políticas de reparação que ganham espaço na sociedade a partir de movimentos sociais que trabalham a questão racial, se apresenta como importante reação deste grupo.

Para combater o racismo estrutural que assola a sociedade brasileira, assim como o jurista Silvio Almeida demarcou no trecho, se faz essencial antes de tudo o reconhecimento dos resquícios desse passado-presente para a sociedade. Entender as desigualdades raciais e sociais que vivem os negros brasileiros. Em segundo movimento, políticas de ações afirmativas, como a Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira agem no sentido de diminuir os estigmas e preconceitos com relação a este grupo social. Outro exemplo de política de ação afirmativa é a lei 12.777/12, também conhecida como a lei de cotas, permitindo o acesso de pessoas negras a espaços de poder. Estas leis ainda são movimentos iniciais que vêm promovendo impactos, mas não se aproximam da realidade social em dados e que vem ocorrendo mais de 130 anos depois da abolição, demonstrando a dificuldade que o Brasil tem para trabalhar com duas memórias sensíveis. No próximo tópico exploraremos um pouco mais esta relação de escravidão e memória na sociedade brasileira.

MEMÓRIA E MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Para debater a memória, acredito que seja necessário delimitar a compreensão da História enquanto uma ciência e a relação que estes dois campos de pesquisas estabelecem ao se complementarem. Pertencente ao campo das Ciências Humanas, ou seja, o estudo dos homens, entende-se a História enquanto campo científico foi criado em meados do século XIX, apesar de que se tem registros de pessoas reunindo informações sobre os homens e sociedades com o objetivo de guardar para o futuro desde a antiguidade, como é o caso de Heródoto ou de Homero. Inicialmente, a ciência histórica oitocentista tinha por objetivo exaltar nações e Estados. De acordo com a sua evolução enquanto campo científico e de conhecimento, percebe-se o alargamento de metodologias e linhas interpretativas para a produção do conhecimento histórico, recebendo inclusive influências de outros campos científicos dentro do próprio campo das Humanas de outras áreas de conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Geografia ou Psicologia.

No Brasil, é possível dizer que a produção histórica e historiográfica se iniciou por volta dos anos finais do século XIX. É importante sempre destacar o contexto em que esta produção se iniciou. No caso brasileiro, era nos momentos finais e após a derrubada do Império, que apesar de independente ainda mantinha estreitas relações com seu antigo colonizador, Portugal. Dessa forma, o momento de início de uma produção sistematizada historiográfica no Brasil se deu a partir da tentativa de construção da ideia de “o que é ser brasileiro?”.

Dentro do campo da História, assim como nos outros campos de pesquisa dentro da grande área das Ciências Humanas, percebe-se a existência de diversas linhas interpretativas e metodologias, os quais os historiadores utilizam para se embasar e produzir suas reflexões sobre o passado. A exemplo das análises marxistas que até certo tempo foram consideradas as únicas e melhores formas de analisar as sociedades adotando termos que são próprios do campo teórico, como “mais valia” ou “luta de classes”. Dentro desta linha interpretativa percebe-se variações como aqueles que adotam as metodologias do Marxismo Britânico, associando interpretações marxistas a outros modos de análise e interpretação, e que vez ou outra é confundido com a História Vista de Baixo. Outras perspectivas foram sendo agregadas

ao método histórico, sendo principalmente de influência eurocêntrica, como a criação da Revista dos Annales, surgimento da História das mentalidades, entre outras. Percebe-se que estamos tratando de uma hegemonia ocidental dominante das metodologias utilizadas na produção do campo historiográfico.

No Brasil, a adoção de outras perspectivas para além das marxistas aconteceu principalmente no final do século XX. Durante o período da Ditadura Militar ainda se percebe uma hegemonia das análises feitas a partir da vertente marxista, sobretudo para se refletir sobre o momento do golpe no país. Autores como Ronaldo Vainfas¹⁰ ou Margareth Rago¹¹ ressaltam a expansão dos programas de pós-graduação para a recuperação da perspectiva cultural de análise. Neste momento, a entrada de outros setores da sociedade nas universidades - como os negros, mulheres e LGBTs -, ainda que de forma ínfima, ressaltou a necessidade de outras abordagens da história do Brasil.

Com a chegada destes novos sujeitos, vivências e olhares, o campo de produção se enriquece, contribuindo para novas problematizações. Antes assumindo lugares de objetos de pesquisa, agora assumindo lugares de sujeitos de pesquisa. Como, por exemplo, é intitulado o livro da historiadora Giovana Xavier, “Você pode trocar mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história” (2019), aqui no nosso caso pensando os diversos outros sujeitos que suas narrativas são excluídas da sociedade, agora como pesquisadores e produtores das suas próprias histórias. Assumindo posições enquanto sujeitos de pesquisa e reflexão, reivindicam cada vez mais que suas perspectivas, olhares e vivências sejam contados. Dessa forma percebemos um movimento que propõe deslocar o foco de análise dos grandes sujeitos e de grandes estruturas, agora percebendo a agência, participação e o reconhecimento de pessoas e grupos que foram silenciados e esquecidos enquanto sujeitos atuantes no processo histórico.

A historiadora Margareth Rago¹² (1999) indica que mulheres, negros, homossexuais, prisioneiros, loucos e crianças, os até então conhecidos como os excluídos, reclamaram o seu lugar social, promovendo importantes deslocamentos teóricos em busca de novos conceitos e formas de pensamento que deem conta do pensar diferente no campo histórico. A autora

¹⁰ VAINFAS, Ronaldo. **História Cultural e Historiografia Brasileira**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan/jun. 2009. Editora UFPR

¹¹ RAGO, Margareth. A “nova” **historiografia brasileira**. Anos 90. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

¹² RAGO, Margareth. A “nova” **historiografia brasileira**. Anos 90. Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

aponta que desde então não podemos falar em totalidade histórica, determinações fundamentais da infraestrutura econômica, etc. De acordo com a autora, discussões em torno da história das mulheres, do corpo, da sexualidade, propiciam uma série de transformações temáticas e teóricas, forçando-nos a buscar novas frentes conceituais mais elásticas e flexíveis. Portanto, para Rago, a História é discurso mais do que encontro com os próprios fatos, discurso de quem constrói informação sobre o passado, discurso da história.

Assim como Margareth Rago, bem como Keith Jenkins (2011), partimos da concepção da História como um discurso. De acordo com o autor:

a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (a coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se aproximam do mundo e lhe dão todos os significados que têm (JENKINS, 2011, p. 23).

Em “Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil”¹³, Hebe Mattos, Martha Abreu e Milton Guran entendem a necessidade de inserção das histórias destes grupos subalternizados nos espaços públicos, contribuindo para o entendimento amplo destes enquanto sujeitos históricos e praticando nas produções acadêmicas, o combate ao racismo que se configura como herança do processo escravista. No texto, ao descrever o Projeto *Rota do Escravo*, os autores apontam que:

Ao romper o silêncio sobre a tragédia da escravidão e do tráfico, uma tragédia ainda presente no mundo atual, o projeto *Rota do Escravo* propõe intervir nas consequências impostas por esses encontros forçados, fonte das interações culturais e diversidade das sociedades que viveram essas histórias e se transformaram hoje em sociedades multiétnicas e multi culturais. Três princípios básicos – Resistência, Liberdade e Herança – nos nortearam na construção do *Inventário*. [...] Com a ideia de resistência procura-se evidenciar como as vítimas da escravatura jamais cessaram de resistir; com a noção de liberdade, observa-se que a luta contra a escravidão redefiniu as próprias noções de liberdade, de dignidade e de humanidade como direitos universais; pela herança valoriza-se o patrimônio cultural criado pela

¹³ MATTOS, Hebe; ABREU, Martha and GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. *Estud. hist. (Rio J.)*[online]. 2014, vol.27, n.54, pp.255-273. ISSN 0103-2186.

diáspora no chamado Novo Mundo e presente em nosso tempo (MATTOS; ABREU; GURAN; 2014, p. 256-257).

Dessa forma, podemos entender o Projeto Rota do Escravo como uma iniciativa de dever de memória, objetivando promover reflexão a fim de superar o trauma deixado pela escravização em nosso país. Os autores entendem que possibilitando reflexão ao público amplo, estas histórias que estão ocultadas da visibilidade, conseguem intervir na construção de discursos e memórias públicas a fim de sensibilizar vários públicos para a tragédia da escravidão. Por fim, indicam que o silêncio sobre a violência da escravidão se apresenta como expressão velada do racismo, sendo a quebra desse silêncio inicial o aprofundamento do debate e o enfrentamento ao racismo estrutural na sociedade brasileira.

Entendo que a experiência da relação da sociedade brasileira com o passado da história dos negros no Brasil acontece através de alguns conceitos-chaves como: esquecimento, silenciamento e memória que são objetos de reflexão de alguns teóricos, como Michal Pollak (1992), Andreas Huyssen, (2000), Jürgen Habermas (2001). Entretanto, esta perspectiva eurocêntrica da ideia sobretudo de Memória e da sua relação a partir dos conceitos de esquecimento e do silenciamento não é a única interpretação existente. Produções africanas e afro-brasileiras tem se tornado presente nas academias, ainda que não estejam recebendo o mesmo destaque que as outras, entendidas como tradicionais. Autores como Amadou Hampaté Bâ (2010, 2013) ou Wanderson Flor do Nascimento (2020), se propõem a debater a ideia de memória atrelada às tradições das comunidades africanas.

O filósofo Wanderson Flor do Nascimento, refletindo sobre tradições das comunidades africanas e na relação com processos de educação, defende a ideia de que o mero uso de informações sobre história e cultura africana não basta; é necessária outra postura com relação a estes outros conhecimentos e da forma como tratamos no interior das relações curriculares (NASCIMENTO, 2020, p. 30). O autor aponta não apenas a necessidade de conhecimento dos conteúdos, mas o tratamento destes enquanto elementos políticos, na própria concepção da modificação da LDB feita pela lei 10.639/03. (NASCIMENTO, 2020, p. 30). Para inserção destes conteúdos no ensino básico, é necessário reconhecer positivamente as heranças negras na cultura brasileira, considerando elementos como a oralidade, a ancestralidade, a gestão coletivista de autoridade e da própria identidade pessoal (NASCIMENTO, 2020, p. 33). Estes

processos são mediados a partir da relação com a memória, conferindo sentido ao presente pela relação com os ancestrais e a ancestralidade. Geralmente a memória está associada à infância e à formação das crianças nestas tradições. Memória é elemento constituinte da formação infantil dentro de algumas comunidades como destaca Nascimento (2020, p. 39-49). A memória nas comunidades tradicionais africanas seria o espelho da ancestralidade - espelho máximo da educação -, promovendo a movimentação através da palavra falada, movendo-se tanto em direção ao passado quanto ao presente (NASCIMENTO, 2020, p. 42).

Ainda de acordo com Wanderson Flor do Nascimento, as crianças das sociedades africanas são completamente dotadas de passado e memória. Aquilo que se aprende, a formação educativa, se dá através do uso disseminador da memória, da história, da ancestralidade, da comunidade e da relação integradora com a natureza. (NASCIMENTO, 2020, p. 45). As crianças das comunidades africanas seriam aquilo que Amadou Hampaté Bâ chamou de “memória africana” (HAMPATÉ BÂ, 2003, p. 13 *apud* NASCIMENTO, 2020, p. 58). Esta memória representando o passado, de acordo com Nascimento, seria revivida nas crianças através de oralidade, delimitando a importância do que se diz e o que se escuta nas comunidades tradicionais.

Podemos concluir, a partir da leitura de Wanderson Flor do Nascimento, que a memória africana é expressa a partir da infância, através das crianças. Este passado é vivo e presente a todo instante, sendo rearticulado e criando novas narrativas. As crianças são os sujeitos responsáveis por este primeiro agenciamento das memórias (NASCIMENTO, 2020, p. 60).

Sobre a ideia de silenciamento, Michael Pollak aponta que nem sempre se refere diretamente ao antagonismo Estado dominador confrontando com a sociedade civil. Geralmente, na perspectiva do autor, este silêncio ocorre pelos detentores dos meios de produção da cultura e do conhecimento. Ronaldo Vainfas¹⁴ aponta que este domínio é confrontado a partir da década de 1970 quando há a emergência de novos conteúdos e temas para o campo da historiografia, especialmente a brasileira, como já vimos anteriormente. Este é o momento onde as memórias silenciadas começam a sair do seu campo de ocultamento e se

¹⁴ Ver VAINFAS, Ronaldo. **História Cultural e Historiografia Brasileira**. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan/jun. 2009. Editora UFPR

afirmam em ambientes públicos, principalmente quando os sujeitos que mantêm relações com tais pautas se colocam no papel de agentes históricos, reivindicando, sobretudo, direitos sociais.

Considerando este histórico escravista e cafeeiro, e as pesquisas em escravidão na cidade de Juiz de Fora, acredito que seja interessante pensar nas heranças deste passado para o tempo presente neste recorte geográfico. A ideia da escravidão no Brasil enquanto um passado-presente (MATTOS; GURAN; ABREU; 2014, p. 259) será essencial para conduzir a reflexão.

Algumas pesquisadoras propõem refletir sobre rupturas e continuidades nos processos históricos. Hebe Mattos e Ana Lugão Reis publicaram o trabalho “Memórias do Cativo” (2005) em que partiram de um projeto de pesquisa concentrado no Laboratório de História Oral na Universidade Federal Fluminense (LABHOI - UFF) resultando em diversas outras produções, como um livro e um documentário. Neste trabalho as autoras e todas as outras pessoas que atuaram no projeto, reúnem como fonte principal, histórias orais transcritas, no qual as memórias de descendentes de pessoas que viveram o cativo são trazidas para a sociedade. Este trabalho nos leva a refletir e problematizar a instituição escravista e o pós-abolição a partir de regiões do sudeste do Brasil, ou mais especificamente o vale do café no estado do Rio de Janeiro.

A tentativa de silenciamento, apagamento e até mesmo eliminação da população negra em território nacional não se coloca enquanto algo recente. Existem diversos exemplos desde o início da República no Brasil e o mais ilustrativo destes talvez seja a queima dos documentos relativos à escravidão feita pelo ministro Rui Barbosa, como apontam Rios e Mattos:

A República, ao queimar as matrículas de escravos e ao promulgar uma Constituição de cunho liberal, de certo modo contribuiu para que este processo de assimilação entre libertos e nascidos livres se efetivasse, mesmo que, num primeiro momento, ao reforçar o controle privado dos ex-senhores, em relação às instâncias públicas de repressão, tenha incentivado, em sentido oposto, a estratégia senhorial de se apoiar nos dependentes nascidos livres para forçar os libertos a continuarem onde sempre haviam estado (MATTOS; RIOS, 2004, p. 180).

Outro exemplo importante a se considerar é o incentivo institucional da imigração europeia, colocando conseqüentemente a população negra recém liberta em posições de

miséria e vulnerabilidade social, como aponta Clóvis Moura (2019, p.109-118). Interpreto este apagamento e tentativa de silenciamento como uma forma de "epistemicídio", termo trabalhado pela filósofa Sueli Carneiro (2005) em que se propõe a refletir sobre o apagamento e o não reconhecimento das capacidades de intelectualidades dos sujeitos que foram colonizados. A autora aponta o epistemicídio como um dispositivo de racialidade/biopoder, baseado na teoria de Boaventura Souza Santos¹⁵. Este dispositivo, de acordo com Carneiro, agiria de forma a negar a legitimidade do conhecimento produzido pelos grupos dominados. Para além de mero reconhecimento, seria a negação do acesso, à educação e à produção de intelectualidade. Seria o não reconhecimento do corpo negro enquanto um corpo produtor de conhecimento, que subjuga, sequestra e mutila a capacidade de aprender. Dessa forma, entendemos que na história do Brasil, houve diversos processos de apagamentos e silenciamentos da população negra para além da presença física, que também se apresentam no campo cultural e intelectual.

A partir das décadas finais do século XX, iniciou-se um novo movimento de reflexão sobre o processo de escravidão ocorrido no Brasil e no mundo, e a função dos sujeitos negros na sociedade brasileira. Muito influenciados pela virada historiográfica, a Nova História Cultural tende a entender estes sujeitos enquanto agentes históricos no seu tempo, não apenas enquanto submetidos e passivos ao que lhes era imposto. Sobre estas novas pesquisas, principalmente no que diz respeito ao sistema de escravidão, a historiadora Hebe Mattos e Ana Maria Rios apontam que é comum percebermos nos textos sobre o assunto expressões que passaram a ganhar significado próprio. Uma delas e provavelmente a mais importante é a de "significados da liberdade" ou "visões da liberdade" (2004, p. 191).

Ainda de acordo com Mattos e Rios, "os historiadores vêm tentando resgatar a agência social dos libertos na construção das sociedades pós-abolição, buscando perceber em que medida o envolver das sociedades que atravessaram este processo foi também moldado pelas ações dos próprios libertos" (2004, p. 191). Por fim, as autoras ainda apontam próximos passos para se abordar novas pesquisas no campo do pós-abolição:

O próximo passo lógico e necessário é saber em que medida este processo abriu uma discussão sobre pertencimento ou inclusão. Trata-se,

¹⁵ De acordo com Sueli Carneiro, para Boaventura Souza Santos, o epistemicídio "se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento." (CARNEIRO. 2005, p. 96)

fundamentalmente, de reconhecer que o processo de destruição da escravidão moderna esteve visceralmente imbricado com o processo de definição e extensão dos direitos de cidadania nos novos países que surgiam das antigas colônias escravistas. E que, por sua vez, a definição e o alcance desses direitos esteve diretamente relacionado com uma contínua produção social de identidades, hierarquias e categorias raciais. De fato, trata-se agora de recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos, seja no que se refere às relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas, de forma a conseguir historicizar também as formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais (MATTOS, RIOS. 2014, p. 191).

Portanto, apesar da passagem de tempo, acreditamos ainda ser necessária a discussão sobre a memória dos processos escravistas pelos quais ocorreram na sociedade brasileira. Durante a exposição, o objetivo foi debater como os conceitos de memória, silenciamento e esquecimento ainda são termos que precisam ser associados à história da população negra brasileira com o objetivo de entender os processos pelos quais este recorte social enfrenta hoje. Ficou perceptível através da pesquisa ONU-IDH 2017, como que este recorte populacional ainda é o mais atingido por desigualdades, que partem de desigualdades econômicas e chegam até a possibilidade de expectativa de vida reduzida se comparar com outros recortes sociais no Brasil. O sistema de escravização, juntamente com outras estruturas sociais, como o capitalismo, como muito bem destacado por Clóvis Moura e Silvio Almeida, ainda afetam de forma contundente a população negra brasileira. Entender este processo de desigualdade, permite diversos investimentos direcionados a este grupo: desde políticas públicas de reparação, até a possibilidade de construção e reconhecimento da memória de seu passado, enquanto elemento relevante para a História oficial nacional.

Por mais que haja diversos historiadores e outros cientistas da área de Humanidades pesquisando e questionando sobre estes processos históricos não discutidos amplamente no Brasil, ainda percebe-se a dificuldade destas produções extrapolarem os muros da academia. Ficou explícito estas dificuldades no ano de 2019, quando a Estação Primeira de Mangueira trouxe para o seu enredo da disputa do carnaval o tema “*História para ninar gente grande*”. Produções questionando a narrativa hegemônica existem, mas elas não chegam na população. Foi preciso que um dispositivo cultural de grande visibilidade, como uma escola de samba em um dos eventos mais assistidos do Brasil, trouxesse o tema para a disputa, promovendo diversos outros debates de como a nossa produção chega ao público. Dessa forma,

aproximamos a nossa perspectiva da citação feita acima, onde as autoras apontam a necessidade de continuidade no debate e alcance destas produções para os diversos sujeitos proporcionando o aprofundamento de identidades, categorias e hierarquias sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta monografia foi circular por parte de produção bibliográfica já existente com relação à memória, à escravidão e à memória da escravidão. Partindo de pesquisas demográficas atestando que desigualdades sociais e raciais ainda são presentes na cidade de Juiz de Fora, ainda que a população negra seja integrante em grande parte do contingente populacional desta localidade, o objetivo foi questionar como processos passados ainda se fazem presentes no cotidiano da cidade. Estes questionamentos foram debatidos através de bibliografia que relaciona o tema da memória, da escravidão e da memória da escravidão na região.

Foi perceptível através da bibliografia apresentada, que a cidade de Juiz de Fora foi fundada em localidade que mantinha estreitas relações com a escravização de pessoas negras durante a segunda metade do século XIX. Esta relação permaneceu ditando o cotidiano da cidade, mesmo depois desta se desmembrar de Barbacena e ganhar autonomia. A submissão de pessoas negras ao sistema permaneceu no período do pós-abolição, quando após a abolição sem nenhuma perspectiva de reparação, estas pessoas foram deixadas à própria sorte na cidade que crescia e se desenvolvia, com o discurso de estar sendo construída pela ação de europeus.

Com relação à discussão de memória, percebemos que este conceito estabelece relação com outros dois, que são o esquecimento e o silenciamento. Essenciais para entender a construção da memória que pode partir de objetivos políticos, escolhendo o que se deve lembrar e o que se deve esquecer. E a memória da escravidão não escapa a esta dialética, quando a agência dos sujeitos que eram explorados pelo sistema é esquecida em detrimento da narrativa que é contada por parte das elites detentoras do poder político, econômico e intelectual do Brasil.

A escravidão em Juiz de Fora vigorou até os momentos finais do sistema no Brasil. Após o fim deste sistema, a narrativa oficial sobre a construção da cidade se volta a privilegiar a participação dos imigrantes europeus na construção do município, e esconder o passado escravista que serviu de base para a região. Na discussão de memória da escravidão, percebemos como é um trabalho político forçar a sociedade lembrar daquilo que querem esquecer.

A partir deste momento, a pesquisa caminhará em direção a pensar as correlações entre lembrar aquilo que a sociedade quer esquecer, ou não tem conhecimento, com a construção da identidade dos sujeitos que estão submetidos ao sistema de educação formal: a instituição da escola. A partir deste momento, as produções de Paulo Freire e bell hooks serão de extrema importância para se pensar a relação entre passados-presentes e educação para a liberdade. A escritora bell hooks ao abordar as teorias de Paulo Freire, aponta que “Freire afirmava que a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos que trabalhar” (hooks, 2017, p 26). Defendendo estratégias do ensinar e do aprender que não reforcem sistemas de dominação, a autora entende que é possível a construção de identidade dos sujeitos a partir da resistência, incentivando-os a pensar criticamente sobre si e sobre o passado que os atravessa, promovendo, por fim, uma resistência ao racismo.

Ênfase na educação como necessária para a libertação, que os negros afirmavam na escravidão [norte-americana] e depois durante a reconstrução, informava a nossa vida. E é por isso que a ênfase de Freire na educação para a liberdade faz sentido imediatamente para mim (hooks, 2017. p. 72).

Como assinalado na introdução desta monografia, este é um primeiro movimento em direção à construção de uma dissertação de mestrado associando os temas da memória, da escravidão na região de Juiz de Fora, e incluindo futuramente a abordagem da educação. Da educação antirracista, como aponta Wanderson Flor do Nascimento. Promovendo o debate sobre passados-presentes, e discutindo elementos das culturas africanas e afro-brasileiras, abordando temas como a escravidão, o pós-abolição, racismo e construção de identidade através de uma abordagem antirracista, através de práticas de ressignificações (NASCIMENTO, 2020, p. 89). Reconhecendo o racismo como prática social que estrutura várias relações que estabelecemos, seja no âmbito interpessoal, profissional, político, econômico, religioso, educacional, etc (MUNANGA, 2004 *apud* NASCIMENTO, 2020, p. 90). A partir das Diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, o caminho a ser percorrido será o de promover a reflexão sobre a reformulação das abordagens através do sistemático enfrentamento do racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.
- BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850-1888**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2015.
- BATISTA, Rita de Cássia Souza Felix. **O negro: trabalho, sobrevivência e conquistas em Juiz de Fora de 1888 a 1930**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2006.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora/MG 1828-1928)**. Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2006
- HABERMAS, Jurgen. Sobre o emprego público da história. In: **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Litera mundi, 2001, p. 37-52
- HYUSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2011.
- MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica (2001). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana. Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: **TOPOI**, v. 5, n. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História social da UFRJ. Instituição responsável pela revista, p.170-198, jan.-jun. 2004.
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000100170 Acesso em: 21/03/2021 às 17:14.
- MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. In: **Estudos históricos**. vol.27, n.54. Rio de Janeiro: FGV. 2014, pp.255-273. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/42542> Acesso em 21/03/2021 às 17:20.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NASCIMENTO, Wanderson Flor. **Entre apostas e heranças: contornos africanos e afro-brasileiros na educação e no ensino de filosofia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.
- PIRES, Anderson. Tendências da produção agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930. In: **LOCUS: revista de história**, vol. 3, nº 2. Juiz de Fora: Programa de Pós-graduação em

História da UFJF. p. 119-154, 1997. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20453>
Acesso em: 21/03/2021 às 17:25.

PIRES, Anderson. Minas Gerais e a cadeia global da "comoddy" cafeeira - 1850/1930. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 3. nº 2. Taubaté: p. 139-194, maio-agosto/2007. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/12>. Acesso em: 21/03/2021 às 17:29.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. v. 5, n10. Rio de Janeiro: FGV, 1992, p. 200-212.. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em 21/03/2021 às 17h32

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. In: **Anos 90**, v. 7, n. 11. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História UFRGS, julho de 1999. <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6543>
Acesso em 21/03/2021 às 17h35.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. In: **História: Questões & Debates**, n. 50. Curitiba: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Editora UFPR. jan/jun. 2009. p. 217-235. <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15676/10417>> Acesso em: 21/03/2021 às 17:01

SANTOS, Ynaê Lopes. **Global porque escravista: uma análise das dinâmicas urbanas do Rio de Janeiro entre 1790 e 1815**. In: **Almanack**, n. 24, ed00519. Guarulhos, UNIFESP, 2020. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332020000100305&tlng=en
Acesso em 21/03/2021 às 17h42.